

REFLEXÕES SOBRE PESQUISAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM PSICOLOGIA

Edson Sigueyoshi Hamazaki, Paulo Francisco de Castro (orientador) – Psicologia
edsonhamazaki@globo.com

RESUMO: Este estudo objetiva refletir sobre as publicações científicas com o tema 'Políticas Públicas em Psicologia', principalmente no que tange aos procedimentos empregados na avaliação e no atendimento por parte dos psicólogos que colaboram para a elaboração, implantação ou avaliação dessas políticas. O conceito de política pública pode ter vários significados, mas é comumente considerada como consistindo nas ações que os governos praticam para a solução de problemas públicos. A Psicologia demonstra, ao longo da história, seu compromisso social no debate e na constituição dessas políticas, garantindo ao sujeito respeito a sua subjetividade, sem transformá-lo em objeto, prática comum nos discursos administrativos. As pesquisas envolvendo a atuação do psicólogo nas várias áreas e setores que envolvem políticas sociais, problematizando suas práticas, constituem-se em subsídio importante para todos aqueles que desenvolvem políticas públicas. Foram analisados 91 artigos publicados em bases de dados nacionais, utilizando-se a expressão 'políticas públicas em psicologia', indexada na Biblioteca Virtual de Saúde – Psicologia (www.bvs-psi.org.br) que tratassem direta ou indiretamente sobre procedimentos de avaliação psicológica e atendimento, publicados entre 2010 e 2015. Os dados mais incidentes revelaram que: A maior parte dos artigos teve sua publicação em 2013 (24% - N=22) e 2014 (22% - N=20). Foram levantados 26 periódicos com artigos sobre o tema, sendo que a maior quantidade de textos foi encontrada na Revista Psicologia: Ciência e Profissão (24% - N=22). Quanto às principais conclusões observadas na análise dos artigos, têm-se grande variedade de considerações e desdobramentos, por isso optou-se em classificar os dados obtidos em cinco categorias de análise: Aspectos relativos à contribuição para a formulação de políticas públicas em Saúde (33% - N=30), em Educação (25% - N=23), na Justiça (18% - N=16), na Assistência Social (12% - N=11), e relativa à formação do psicólogo para a formulação de políticas públicas (12% - N=11). Os trabalhos que se utilizaram de entrevistas foram os mais incidentes (67% - N=22). No que se refere especificamente aos testes utilizados como instrumentos de avaliação psicológica, têm-se mínima incidência, dois testes usados em apenas uma pesquisa. Pela pertinência do tema, estudos empíricos mostram-se importantes, principalmente no que tange ao papel do psicólogo no cenário das políticas públicas nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Avaliação Psicológica. Psicodiagnóstico.

Projeto elaborado com o apoio do Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Guarulhos – PIBIC-UnG (Rodada II-2014).